

Racismo

Nem mais um dia. E para o bem de todas/os .

Sete mulheres negras foram discriminadas durante jantar no Hotel Nacional, em Brasília, dia 21 de Março, justamente no Dia Internacional contra a Discriminação Racial e no primeiro aniversário da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). O fato, além de nos indignar, serviu para uma ação imediata – das próprias mulheres – que vem repercutindo de diferentes maneiras. Os fatos estão em artigo divulgado (veja seção CONtextos) na semana passada por Nilza Iraci, Coordenadora Executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra e da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, além de integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O crime de racismo foi denunciado. As mulheres procuraram, no dia seguinte, a SEPPIR e o Ministério de Relações Exteriores solicitando providências em relação ao caso. Uma das sete mulheres discriminadas é Ministra da Mulher e de Coordenação de Ação Social de Moçambique (Vergília Matabeli). As mulheres também foram à Polícia para formalizar queixa contra o Hotel Nacional e os funcionários que praticaram racismo. O delegado acolheu a queixa de racismo e vai encaminhar o processo.

Cada uma de nós contribui denunciando outros casos e apoiando esta luta. Não deixe passar – nem mais um dia. É um bem que se faz a todas as pessoas. Em uma sociedade sem racismo, há mais justiça para todas/os.

Beijing +10 –

“Muito precisa ser feito”, alertam as redes feministas

Convidada a integrar a delegação oficial brasileira na Reunião Subregional para América do Sul preparatória à IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, Guacira César de Oliveira (CFEMEA/AMB) ressalta entre os resultados dessa reunião o compromisso de que a IX Conferência reafirmará a Plataforma de Ação de Beijing e de que terá como objetivo avaliar em que já se avançou e o que falta ser cumprido. “Um desfecho que está em sintonia com as proposições defendidas pelas redes feministas”.

Durante a Reunião, convocada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal, dias 23 e 24 de março, em Brasília, foi apresentada uma primeira versão do documento que será submetido à IX Conferência, a ser realizada no México, de 11 a 13 de junho deste ano, no contexto dos dez anos de aprovação da Plataforma de Beijing. Em pronunciamento realizado logo após a mesa de abertura do evento, representantes de organizações de feministas da América Latina e do Caribe frisaram que, embora se tenha avançado em alguns compromissos, muito precisa ser feito até que sejam cumpridos os acordos de Beijing (veja a seção CONtextos).

Ao final da Reunião, em nome do movimento de mulheres, Guacira César destacou a importância da participação da sociedade civil nas delegações dos países que estarão no México, na IX Conferência, na perspectiva de fortalecer a resistência frente a qualquer ameaça de retrocesso aos acordos de Beijing.

A participação de Guacira nesta Reunião sub-regional foi na qualidade de observadora da sociedade civil, convidada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A Secretaria tem, entre suas atribuições, a de atuar para o cumprimento dos acordos e convenções internacionais assinados pelo Governo Brasileiro relativos à promoção dos direitos humanos das mulheres. O Governo vinha há algum tempo reivindicando a realização desta reunião, que foi o primeiro evento sub-regional com as ministras e secretárias de políticas para as mulheres dos países do Cone Sul.

Homenagem a Francisca Trindade - Na última sexta-feira, dia 26, militantes do Fórum Estadual da Mulher do Piauí, do movimento negro e de outros movimentos se reuniram para recordar e celebrar a vida, a luta e as conquistas da ativista negra e ex-deputada federal Francisca Trindade. Falecida em julho do ano passado, em decorrência de um aneurisma, Trindade foi a primeira deputada federal negra eleita no Piauí, na maior votação já recebida por um(a) candidato(a) ao cargo, em seu estado.

Direitos das Mulheres

Missão da Plataforma DhESC dá visibilidade aos atendimentos de aborto legal

Nos dias 22 e 23 de março, estive em Belo Horizonte a socióloga sanitária Eleonora Menecucci, feminista e atual relatora do Direito à Saúde da Plataforma DhESC - Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, para uma missão que monitorou o atendimento de casos de aborto inseguro e a saúde da trabalhadora doméstica.

Eleonora Menecucci verificou que, embora as maternidades atendam às mulheres nos casos de aborto legal, as instituições não assumem oficialmente esse serviço. Deste modo, ficou o compromisso das direções das duas instituições de assumir este atendimento. A missão também constatou, em uma das maternidades visitadas, a falta de uma UTI adulto, que é imprescindível no atendimento de alto risco.

A missão da Plataforma DhESC em Belo Horizonte foi encerrada na visita ao Sindicato das Empregadas Domésticas, onde Eleonora constatou um alto índice de portadoras de LER (lesão por esforço repetitivo), um mal provocado pela dupla jornada das mulheres, mas que ainda não é reconhecido entre as doenças profissionais. Eleonora também encontrou muitos casos de assédio sexual e de abortos provocados para evitar a perda do emprego. A missão em Belo Horizonte teve entre os resultados positivos a ampla cobertura da imprensa e a interlocução com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde a relatora teve audiência e fez a entrega do relatório da missão., .

Políticas Públicas para Mulheres

Comissão da Câmara pretende indicar prioridades

Aprovada em fevereiro deste ano, a Comissão Especial da Mulher da Câmara dos Deputados terá por objetivo cumprir a Lei 10.745, que instituiu 2004 como o Ano Nacional da Mulher. Presidida pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a Comissão estudará os mais de 300 projetos em tramitação na Câmara que buscam ampliar os direitos das mulheres.

De acordo com a deputada Jandira, a meta é produzir "um relatório que aponte prioridades e o Legislativo possa mostrar sua contribuição à sociedade brasileira". Para isso, a deputada já propôs que fossem estabelecidas sub-relatorias temáticas, que têm até o dia 27 de abril para entregar relatórios parciais com análise dos projetos, indicações de prioridades e sugestões para implementação de políticas voltadas para a ampliação dos direitos das mulheres.

São vice-presidentes da comissão as parlamentares: Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Iara Bernardi (PT/SP) e Laura Carneiro (PFL/RJ). Assumiu a relatoria a deputada Rose de Freitas (PMDB/ES).

Freando os fundamentalismos

Com o objetivo de evitar o avanço dos fundamentalismos e formular uma agenda de ações conjuntas para desmascarar o conservadorismo católico e avançar nos direitos das mulheres na América Latina será realizado, dias 09 e 10 de abril, em Córdoba, Argentina, o Seminário Internacional "Estrategias y Acciones proactivas frente a los fundamentalismos en la región".

A promoção do seminário é de Católicas pelo Direito de Decidir (Córdoba) e do Centro de Intercambio y Servicios para el Cono Sur (CISCOSA). O CISCOSA é o centro de referência na América Latina da Red Mujer y Habitat. Segundo Liliana Vázquez (CDD-Córdoba) e Liliana Rainero (CISCOSA), apesar da situação a ser enfrentada ser um problema internacional, é preciso considerar com atenção o contexto latino-americano.

Segundo elas, para citar um exemplo regional, o conservadorismo católico tem ameaçado sistematicamente os direitos das mulheres na Argentina, principalmente no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Uma expressão disso foi a proibição da produção e comercialização de 97% dos anticoncepcionais no país, em maio do ano passado.

Para o seminário, foram convidadas feministas de diversos países, entre as quais Frances Kissling, presidenta de Catholics for a Free Choice (EUA) e Susana Chiarotti, coordenadora do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Entre as participantes estará Carla Batista, educadora do SOS Corpo e secretária adjunta da AMB.

CONtextos - Nesta edição do *Articulando*, anexamos a Carta de Olinda, declaração final das/os 1.300 participantes da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada de 17 a 20 de março, em Pernambuco. Na Carta, as/os participantes afirmam que o modelo de política macroeconômica vigente e o custo da dívida pública são as principais causas da insegurança alimentar e nutricional e também da exclusão social, no Brasil.

Veja ainda nos anexos: a declaração das redes latino-americanas na Reunião sub-regional preparatória à IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (nota nesta edição) e o artigo de Nilza Iraci que conta o caso de racismo sofrido por ela e mais seis mulheres, no último dia 21 de março, em Brasília.